Município de Tomar

Relatório de Apuramento e Ponderação da Discussão Pública **Fase | Projeto de Execução**

Janeiro 2018

Projeto de Requalificação do espaço público da av^a Dom Nuno Álvares Pereira,
av^a Torres Pinheiro e av^a Combatentes da Grande Guerra – Projeto de Execução

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	3
1.1. Enquadramento e objetivos do projeto.....	3
2. ENQUADRAMENTO E RESUMO DO PROCESSO.....	3
3. DISCUSSÃO PÚBLICA	4
3.1. Divulgação e Consulta	4
3.2. Modo de Participação	5
3.3. Ficha (Modelo)	6
4. PARTICIPAÇÕES RECEBIDAS.....	7
4.1. Metodologia de Análise	8
4.2. Análise das Participações Recebidas	8
5. ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS NO PROJETO	9
6. CONCLUSÃO.....	10
7. ANEXOS	
7.1. Fichas de Ponderação	11
7.2. Aviso	11
7.3. Resumo das Discussões Públicas	11

1. INTRODUÇÃO

O presente documento, constitui o resultado do apuramento e ponderação dos resultados, da Discussão Pública do Projeto de Requalificação dos Espaços Exteriores da Av^a Condestável Dom Nuno Álvares Pereira, Av^a Torres Pinheiro e Av^a dos Combatentes da Grande Guerra – Projeto de Execução, dando cumprimento ao previsto nos n.º6 do artigo 89º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, doravante designado por RJGT.

“nº6 do art.89º (Discussão Pública)

Findo o período de discussão pública, a câmara municipal pondera e divulga os resultados, designadamente, através da comunicação social, da plataforma colaborativa de gestão territorial e do respetivo sítio na Internet, e elabora a versão final da proposta de plano para aprovação.”

Este relatório inclui todas as participações e intenções de participação, (sugestões/ observações/ reclamações e pedidos de esclarecimento apresentados) recebidas no decurso do período estabelecido para a realização da Discussão Pública deste Projeto, decorrido de 9 de outubro a 28 de novembro de 2017 e a sua respetiva ponderação.

Além disso, inclui ainda os elementos retificados e clarificados, decorrentes da (re)análise do projeto e do acolhimento de algumas participações decorrentes em fase de discussão pública, solicitada pelos Serviços Técnicos e pelo executivo da Câmara Municipal de Tomar que acompanharam o projeto de execução. (Mapa de medições, Orçamento, Peças desenhadas identificados)

1.1. ENQUADRAMENTO E OBJETIVOS DO PROJETO

Este instrumento, por refletir as principais expectativas da autarquia para esta área da cidade assumiu uma postura dinâmica, de flexibilidade e de adaptabilidade.

Foram considerados como objetivos:

- A necessidade de requalificar o espaço público no âmbito da regeneração urbana, que acreditamos ser um fator de futura dinamização, atratividade e conseqüentemente, de investimento privado, na reabilitação do edificado deste eixo (Av^a D. Nuno Álvares Pereira e Av^a Torres Pinheiro e Av^a Combatentes da Grande Guerra);
- Renovação integral das infraestruturas do subsolo, conforme necessidades diagnosticadas pelos SMAS de Tomar;
- Renovação do sistema de Iluminação Pública por outro mais eficiente e sustentável, contribuindo para a segurança e o conforto do ambiente urbano;
- Conformidade do Projeto em conformidade com os objetivos definidos no Programa de Financiamento, Centro2020 (Aviso n.º CENTRO-16-2016-02 - PI 6.5. Regeneração Urbana) como oportunidade para a Requalificação de uma artéria da cidade que há muito aguarda por uma intervenção profunda;
- Adequabilidade ao Plano de Pormenor do Flecheiro e Mercado que se encontra em fase de Revisão;
- Potenciar áreas de maior conforto pedonal, implementando as normas técnicas de acessibilidades, decorrentes do DL 163/2006 de 8 de agosto;

2. ENQUADRAMENTO E RESUMO DO PROCESSO

Através de despacho superior, 04.08.2016 foi identificada a necessidade de elaborar o Projeto de Execução, com vista à posterior execução da obra por empreitada pública.

Face à necessidade de obter projeto de execução, concluído, em tempo, para submeter a candidatura ao Programa de Financiamento, recorreu-se à contratação de prestação de serviços por equipa externa habilitada, com convite à equipa Domitianus, arquitetura Ld^a para elaboração do projeto de execução, no prazo de 100 dias.

Para efeito de gestão do contrato e acompanhamento das várias fases do projeto, foi determinada a equipa TomarHabita através do respetivo despacho da sr^a presidente. Aprovada

a fase de Projeto Base por deliberação de Câmara de 19 de junho de 2017, foi decidido submeter o Projeto, ao processo de discussão pública, (nos termos prevista nos artigos 88º e 89º do RJIGT), em fase de Projeto de Execução.

Com a entrega do projeto de execução, em 17 de agosto de 2017, foi dado início ao procedimento de discussão pública, através de decisão tomada em deliberação de Câmara pública, de 09 de outubro.

Paralelamente, decorreu a apreciação técnica do projeto e a verificação da sua conformidade com o solicitado para esta fase, que juntamente com as conclusões finais decorrentes do período de discussão pública, traduzidas no presente relatório, constituem o projeto final, a submeter a aprovação da Câmara Municipal.

3. DISCUSSÃO PÚBLICA

3.1. Divulgação e Consulta

O RJIGT, através do seu art. 6º consagra o direito à participação. Assim :

Artigo 6.º Direito de participação

1 - Todas as pessoas, singulares e coletivas, incluindo as associações representativas dos interesses ambientais, económicos, sociais e culturais, têm o direito de participar na elaboração, na alteração, na revisão, na execução e na avaliação dos programas e dos planos territoriais.

2 - O direito de participação referido no número anterior compreende a possibilidade de formulação de sugestões e de pedidos de esclarecimento, no âmbito dos procedimentos previstos no presente decreto-lei, às entidades responsáveis pelos programas ou pelos planos territoriais, bem como a faculdade de propor a celebração de contratos para planeamento e a intervenção nas fases de discussão pública.

3 - As entidades públicas responsáveis pela elaboração, alteração, revisão, execução e avaliação dos programas e dos planos territoriais divulgam, designadamente através do seu sítio na Internet, da plataforma colaborativa de gestão territorial e da comunicação social: a) A decisão de desencadear o processo de elaboração, de alteração ou de revisão, identificando os objetivos a prosseguir;

b) A conclusão da fase de elaboração, de alteração ou de revisão, bem como o teor dos elementos a submeter a discussão pública;

c) A abertura e a duração das fases de discussão pública;

d) As conclusões da discussão pública;

e) Os mecanismos de execução dos programas e dos planos territoriais;

f) O regime económico e financeiro dos planos territoriais;

g) O início e as conclusões dos procedimentos de avaliação, incluindo de avaliação ambiental.

4 - As entidades referidas no número anterior estão sujeitas ao dever de ponderação das propostas apresentadas, bem como de resposta fundamentada aos pedidos de esclarecimento formulados, nos termos previstos no presente decreto-lei.

5 - A abertura dos períodos de discussão pública é feita através de aviso a publicar no Diário da República, o qual deve prever o recurso a meios eletrónicos para participação na discussão pública, designadamente através de plataforma colaborativa de gestão territorial;

Artigo 89º Discussão Pública

2. O período de discussão pública deve ser anunciado com a antecedência mínima de 5 dias.(...)"

Foi deliberado em reunião de Câmara pública, realizada no dia 09 de outubro de 2017, ao abrigo do art. 88º e 89º do RJIGT, a abertura do processo de discussão pública da última versão do Projeto (fase de Projeto de Execução).

Posteriormente, em 26 de outubro foi publicado o Aviso 12882/2017 de D.R. II série, nº 207 para publicação do período de Discussão Pública, fixando o período de formulação de sugestões com a duração de 15 dias, contados oito dias úteis após a publicação do Aviso em Diário da República.

Para a publicitação do período de discussão pública foram ainda utilizados outros meios de comunicação, nomeadamente:

- Divulgação na página de internet do Município de Tomar (www.cm-tomar.pt);
- Publicação de aviso no jornal local "Jornal Cidade de Tomar", no dia 20 de outubro de 2017;
- Edital afixado no Balcão Único, no edifício dos Paços do Concelho;

A população convidada a comparecer, à sessão pública de esclarecimentos do projeto, **realizada a 30 de outubro de 2017**, pelas 18 horas, no salão nobre dos Paços do Concelho, através do Aviso publicado nos suportes acima referidos.

Na sessão de esclarecimentos estiveram presentes membros do executivo camarário e dos serviços técnicos do município que se fizeram acompanhar dos elementos fundamentais, impressos do Projeto, com a apresentação dos mesmos. Esta sessão realizou-se em horário pós-laboral em seguimento da reunião de Câmara, com o intuito de abranger maior número de interessados.

Foi permitido à população consultar os documentos que integram o Projeto de Execução e principalmente esclarecer todas as dúvidas em relação ao enquadramento das suas questões. Também foi possível aos munícipes darem seu contributo, com sugestões, presencialmente e através da divulgação das fichas de participação disponibilizadas no site do município (www.cm-tomar.pt) e onde se encontravam também disponíveis para consulta alguns elementos/documentos escritos e desenhados que integram o projeto de execução bem como pareceres emitidos por entidades externas, cujos pareceres favoráveis são vinculativos para a aprovação do Projeto pela Câmara Municipal, concretamente: As Infraestruturas de Portugal, IP (E.N. 110) e Direção Geral do Património Cultural, DGPC (face à existência de património edificado classificado, na área de intervenção).

Estiveram disponíveis para consulta no site, os seguintes documentos selecionados:

- a. Memória descritiva e justificativa do Projeto;
- b. Planta de localização à escala 1:2000;
- c. Planta de Pavimentos (Fase 1 – Av^a D.Nuno Álvares Pereira) – DES.2277PE-PAV-01, à escala 1:200;
- d. Planta de Traçado Geral (Fase 1 – Av^a D.Nuno Álvares Pereira) – DES.2277PE-TRA-01, à escala 1:200;
- e. Perfil (Secção AA e BB - Fase 1 – Av^a D.Nuno Álvares Pereira) – DES.04 à escala 1:50;
- f. Planta de Pavimentos (Fase 2 – Av^a Torres Pinheiro e Av^a Combatentes da Grande Guerra) – DES.2277PE-PAV-02, à escala 1:200;
- g. Planta de Traçado Geral (Proposta - Fase 2 – Av^a Torres Pinheiro e Av^a Combatentes da Grande Guerra) – DES.2277PE-TRA-02, à escala 1:200;
- h. Perfil (Secção AA e BB - Fase 2 – Av^a Torres Pinheiro e Av^a Combatentes da Grande Guerra) – DES.04 à escala 1:50;

Importa realçar que durante todo o período de discussão pública, estiveram disponíveis para consulta presencial, todos os elementos que integram o Projeto de Execução e respetivos pareceres emitidos, cujo atendimento decorreu nas instalações do TomarHabita (equipa responsável pela gestão e acompanhamento da elaboração do Projeto) a todos os interessados.

3.2. Modo de participação

Durante o período de discussão pública, os interessados puderam apresentar as suas sugestões/observações/reclamações por escrito, através do preenchimento de uma Ficha de Participação (formulário) disponibilizada em ficheiro, para download, através do site do município de Tomar, através do email do Tomarhabitam-tomar.pt ou presencialmente nos locais de consulta (no horário indicado em Aviso) .

O processo da discussão pública do projeto, foi potenciado pelo recurso ao suporte digital, tirando partido da internet, permitindo uma consulta confortável à distância que vai de encontro à apetência que a população tem demonstrado para este canal de comunicação.

Além do tradicional processo em papel, cuja consulta implica a deslocação do munícipe à Câmara municipal, foi disponibilizado na página do site oficial, um conjunto de peças escritas e desenhadas selecionadas pelos seus conteúdos, apresentação e facilidade de apreensão pela generalidade do público, assim como uma ficha de participação para submeter **online**, as sugestões/observações/reclamações, com simples recurso à internet.

3.3. Participação (Ficha modelo)

Ficha de participação (Modelo)

Ficha de Participação :							
Projeto de Requalificação dos Espaços exteriores da av^aNuno Álvares Pereira, av^aTorres Pinheiro e av^a Combatentes da Grande Guerra (As sugestões serão registadas individualmente, em ficha própria com os seguintes campos de análise)							
Identificação da participação (A preencher pelos Serviços)			Número da participação	Numeração alfanumérica atribuída por ordem de entrada			
1. Identificação do participante							
Requerente Preencher online (Campo obrigatório)		Nome Preencher online (Campo obrigatório)			C.C. Preencher online (obrigatório)		
Registo de Entrada (A preencher pelos Serviços)		Site		-	Data (A preencher pelos Serviços)		
		Presencial (TomarHabita)		-	Data (A preencher pelos Serviços)		
		Email (TomarHabita)		-	Data (A preencher pelos Serviços)		
2. Participação							
2.1. Localização		Av ^a Dom Nuno Álvares Pereira			Preencher online (Campo obrigatório)		
		Av ^a Combatentes Grande Guerra			Preencher online (Campo obrigatório)		
		Av ^a Torres Pinheiro			Preencher online (Campo obrigatório)		
3. Tema da Participação		Para preencher online (Campo obrigatório)					
3.1. Resumo / Exposição da Participação Para preencher online (Campo obrigatório)							
A preencher pelos Serviços (pontos 4, 5, 6 e 7)							
4. Enquadramento no Projeto							
4.1. Quanto ao Programa de Projeto;							
4.2. Quanto às condicionantes;							
5. Ponderação (neste campo responde-se à participação)							
5.1.							
6. Decisão (favorável, parcial, desfavorável, ou fora do âmbito do projeto)							
Favorável (1)		Parcial (2)		Desfavorável (3)		Fora do âmbito (4)	
7. Proposta de alteração							
7.1. Indicação das peças que se alteram e quais as alterações (Quando aplicável)							
Durante o período de discussão pública, os interessados podem apresentar as suas observações e sugestões por escrito, através do preenchimento da ficha de participação disponibilizada em ficheiro, para <i>download</i> , através do site www.cm-tomar.pt . Nos locais de consulta pública indicados, esta ficha será igualmente disponibilizada em papel.							

Refere a legislação em vigor que para efeito da sistematização deste procedimento, as participações deverão ser registadas individualmente, em ficha própria com os seguintes campos de análise indicados.

Assim, entendeu-se que o processo de submissão das sugestões/observações/reclamações, fosse pensado para ser o mais simples possível, e tinha como campos de preenchimento obrigatório:

Identificação do Requerente

- Identificação do requerente, (nome e nº Cartão de cidadão /Bilhete de identidade);

Registo da entrada, tinha como objetivo registar do suporte de entrada:

(a preencher pelos Serviços)

- Formulário disponível online (a submeter através do site do Município);
- Email do Tomarhabita (com preenchimento do formulário pelos serviços);
- Consulta presencial (com preenchimento do formulário pelos serviços);

Após a identificação, solicitava-se o preenchimento da Natureza da participação com 2 campos distintos :

Localização da sugestão (com possibilidade de 3 campos/3 avenidas);

- Av^a D. Nuno Álvares pereira;
- Av^a Torres Pinheiro;
- Av^a Combatentes da Grande Guerra;

Tema da Participação (Resumo e breve exposição da sugestão ou observação a registar;

- Tema da participação;
- Resumo / Breve descrição da participação com a sugestão/observação;

As fichas de participação foram disponibilizadas nos seguintes suportes:

- Formulário online, através do site do município ou no site;
- Presencial (preenchimento do formulário pelos Serviços /equipa Tomarhabita);
- Email (preenchimento do formulário pelos Serviços /Equipa TomarHabita);

De salientar que a submissão de sugestões feitas via, email do tomarhabita, não permitiu a identificação completa do requerente/participante, estando em falta por exemplo o nº de cartão de cidadão, no entanto foram consideradas com a mesma validade das que foram efetuadas por via presencial ou através de formulário submetido online.

Após a entrega/receção do formulário devidamente preenchido, os serviços responsáveis atribuíram-lhe uma referência (numeração sequencial e data de entrada), adotada para todas as participações recebidas, tendo sido igualmente efetuado o registo das consultas presenciais e intenções de participação que não se vieram a concretizar em participações escritas.

4. Participações Recebidas

4.1. Metodologia de Análise

Concluído o período de discussão pública, foi iniciado o procedimento de ponderação de todas as participações recebidas. Com o objetivo de proceder a uma análise e tratamento equitativo de todas as sugestões /observações/reclamações apresentadas optou-se por uma metodologia de apreciação e ponderação individualizada, efetuada nas respetivas fichas de participação (Em anexo).

Nos termos do nº3 do artigo 89º do RJIGT, estabelece-se que:

“a câmara municipal ponderará as reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimento apresentados pelos particulares, ficando obrigada a resposta fundamentada perante aqueles que invoquem, designadamente:

- a) A desconformidade com outros instrumentos de gestão territorial eficazes;*
- b) A incompatibilidade com planos, programas e projetos que devessem ser ponderados em fase de elaboração;*
- c) A desconformidade com disposições legais e regulamentares aplicáveis;*
- d) A eventual lesão de direitos subjetivos.*

Embora as reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimento recebidos não evoquem nenhuma das questões acima enunciadas, entendeu-se que em sede do presente relatório todas as participações seriam objeto de resposta, de forma individualizada (na ficha de participação respetiva) por forma a esclarecer diretamente os participantes/requerentes.

4.2. Análise das participações recebidas

Registaram-se 4 participações, submetidas e recebidas dentro do prazo legal, e 2 intenções de participação (com consulta presencial /email ao processo).

Verificou-se que algumas das participações escritas, contemplam mais de uma sugestão/observação/reclamação pelo que para tratamento estatístico, foram individualizadas cada uma das participações propostas por requerente, totalizando 13 participações distintas. As participações foram identificadas por número de registo/entrada (alfanumérico sempre que o participante apresenta mais do que uma sugestão no mesmo formulário), por exemplo F01A, F01B,...F02A, F03A, F03B, F03C...).

4 participações –12 fichas de participação com registo alfanumérico;
2 intenções de participação – 2 fichas (F0,F00)

Para efeito de ponderação foi atribuída uma resposta síntese tipificada, designada por:

(1) favorável, (2) favorável parcial, (3) desfavorável e (4) fora do âmbito.

As participações foram analisadas caso a caso, avaliando-se o seu enquadramento face ao modelo de estratégica adotado para a intervenção de requalificação e aos objetivos específicos subjacentes à candidatura de financiamento, definidos no respetivo Aviso n.º CENTRO-16-2016-02 (PI 6.5) Regeneração Urbana.

Esta avaliação assentou assim nos seguintes critérios:

- Enquadramento no Programa definido para a elaboração do Projeto e intervenção no local;
- Enquadramento nos objetivos definidos pela candidatura de financiamento PEDU 2020, P.I. 6.5. – Regeneração Urbana;
- Enquadramento na estratégia de ordenamento de gestão territorial em vigor e em processo de revisão (P.P. do Flecheiro e P.P. do núcleo histórico);
- Aspetos pertinentes e complementares ao desenvolvimento do Projeto que não comprometem o Programa definido.

Assim as sugestões/observações/reclamações que não foram acolhidas, estão maioritariamente relacionadas com o facto de não se enquadrarem nos princípios orientadores que sustentam o Programa do Projeto definido para a intervenção de requalificação do espaço público, verificando-se igualmente, em alguns casos a colisão com os instrumentos de gestão territorial em vigor ou pedidos de retificação.

Durante o período formal do processo de Discussão Pública do Projeto de Requalificação dos Espaços Exteriores da Av^a Condestável Dom Nuno Álvares Pereira, Av^a Torres Pinheiro e Av^a dos Combatentes da Grande Guerra, foram registadas 4 participações traduzidas nos seguintes quadro 1 e quadro 2.

De acordo com o quadro abaixo, destacamos a participação de particulares, com 5 das 6 participações, correspondendo praticamente à totalidade das participações, uma vez que apenas se registou a intenção de consulta de uma entidade (PLanerAR, Associação de Arquitetos Paisagistas) que mostrou interesse em consultar o processo, não submeteu qualquer sugestão/observação/reclamação ao Município.

Quadro 1 –

Número de registos por perfil de participantes	6
Particulares	5
Juntas de Freguesia /Associações /Empresas	1
Universidades / Entidades Académicas	0
Partidos Políticos	0

Verificou-se a existência de participações cujos conteúdos se repetiam e outros temas/ conteúdos que foram abordados apenas por um dos participantes que revelou um conhecimento mais aprofundado do projeto, decorrente da consulta presencial a todas as peças escritas e desenhadas do projeto.

Quadro 2 –

N.º Temas Abordados (9 temas)		Total 12 fichas
Construção de uma rotunda no cruzamento semaforizado. Sugere a construção de uma rotunda de 2 faixas de rodagem no cruzamento semaforizado; (F01A / F02A / F03A/ F04A)	4	(3) Desfavorável
Pedido de suspensão do P.P. do Flecheiro e Mercado Pedido de suspensão do P.P. do Flecheiro com vista a acolher a construção de uma Rotunda no cruzamento das 3 avenidas; (F01A)	1	(4) Fora do âmbito
Pavimentos pedonais Optar claramente por passeios pedonais em calçada em toda a área de intervenção, concretamente na Avª Nuno Álvares Pereira e não o betão pintado; (F01B)	1	(3) Desfavorável
Estacionamentos Melhorar o estudo de opções de estacionamento para que não haja redução de estacionamento disponível, o qual terá impacto quer no comércio existente, quer nos residentes que verão, em toda a área maior pressão, especialmente nas ruas contíguas e não abrangidas pelo atual Projeto de execução; (F01F)	1	(2) Favorável (Parcial)
Entradas para as oficinas existentes na Avª Nuno Álvares Pereira Sugere que as entradas e saídas de viaturas das oficinas, devem efetuar-se a partir das ruas situadas nas traseiras para inibir a “inestética e perigosa colocação de veículos nos passeios e em segunda fila”; (F03B)	1	(4) Fora do âmbito
Inibição de transportes de pesados na Avª D. Nuno Álvares Pereira Previsão da inibição completa do transporte de pesados pela Avª Nuno Álvares Pereira com exceção das cargas e descargas locais que vai derivar na Avª António Fonseca Simões; (F01C)	1	(4) Fora do âmbito
Ciclovia (pista ciclável) Optar pela colocação de uma única ciclovia na Avª Nuno Álvares Pereira, reduzindo menos a via e garantindo com a interligação desta com as demais existentes e em projeto, de forma global; (F01D)	1	(3) Desfavorável
Iluminação Rever a proposta de luminárias, ao nível das potências e localizações de forma a tornar o projeto de elétrico mais equilibrado; (F01E)	1	(2) Favorável (Parcial)

Alargar o âmbito da intervenção de Requalificação da Entrada na Cidade Sugere a requalificação da “principal entrada da cidade” a partir de São Lourenço; F03C	1	(4) Fora do âmbito
--	---	-----------------------

5. ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS NO PROJETO

Para além das alterações introduzidas decorrentes das participações que mereceram aceitação e como tal que vieram a ser acolhidas, e cuja fundamentação consta das respetivas fichas de ponderação em anexo, o projeto voltou a ser objeto de (re) análise.

Na sequência desta re(análise) procedeu-se à aceitação de um conjunto de matérias, que embora não sendo de natureza regulamentar mereceram a sua integração no projeto uma vez que não contrariavam o programa inicial mas o complementavam.

Também a aceitação de algumas participações apresentadas pelos particulares, levou à reflexão sobre as expectativas dos munícipes (particulares) uma vez que não houve participação por parte de entidades ou empresas.

Em seguida, sintetizam-se as alterações introduzidas, resultantes do processo de re(análise) do Projeto, por parte dos serviços técnicos municipais.

6. CONCLUSÃO

A participação dos particulares no procedimento de elaboração dos instrumentos de gestão territorial desempenha um papel fulcral de um longo processo de planeamento. Não sendo exclusivo, trata-se do principal momento consignado no RJIGT para os vários agentes territoriais ponderarem e discutirem as opções do projeto.

Nos termos do nº3 do artigo 89º do RJIGT estabelece-se que “a câmara municipal ponderará as reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimento apresentados pelos particulares, ficando obrigada a resposta fundamentada perante aqueles que invoquem, designadamente:

- a) A desconformidade com outros instrumentos de gestão territorial eficazes;
- b) A incompatibilidade com planos, programas e projetos que devessem ser ponderados em fase de elaboração;
- c) A desconformidade com disposições legais e regulamentares aplicáveis;
- d) A eventual lesão de direitos subjetivos.

Embora as reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimento recebidos não evoquem nenhuma das questões acima enunciadas, entendeu-se que em sede do presente relatório existiria uma resposta individualizada (na ficha de participação respetiva) por forma a esclarecer diretamente os particulares.

Do conjunto de participações recebidas no período de discussão pública propõe-se aceitar/validar, as reclamações/sugestões que se considerem compatíveis com a estratégia e o modelo de ordenamento do território definidos nos Planos de Pormenor que abrangem a zona de intervenção, não os colocando em causa e vertidos no programa de Projeto.

Por sua vez, as reclamações/observações/sugestões que não foram acolhidas estão maioritariamente relacionadas com o facto de não se enquadrarem nos princípios orientadores que sustentaram o programa para elaboração do projeto, verificando-se em alguns casos, a colisão com os instrumentos de gestão territorial em vigor.

Contudo e conforme previsto no nº6 do art.89º do RIJGT:

“ Findo o período de discussão pública, a câmara municipal pondera e divulga os resultados, designadamente, através da comunicação social, da plataforma colaborativa de gestão territorial e do respetivo sítio na Internet, e elabora a versão final da proposta de plano para aprovação.”

Das questões levantadas e acolhidas em fase de ponderação, pelos serviços técnicos (equipa de gestão Tomarhabita), cuja análise se encontra efetuada nas respetivas fichas de participação/ponderação, foi solicitada à equipa projetista (Dominitianus, Ld^ª) a sua integração no projeto que constitui a versão final do mesmo, com vista à aprovação pela Câmara Municipal, logo após a aprovação do presente relatório.

Pelo exposto, e dada a natureza e dimensão das alterações produzidas, considera-se que as mesmas não desvirtuam o Projeto, mas pelo contrário complementam-no em alguns dos aspetos já desenvolvidos até ao momento, pelo que se entende não ser necessário a realização de um novo período de discussão pública.

6. Anexos

6.1. Fichas de Participação / Ponderação

6.2. Aviso publicado em D.R. e Publicação em jornal local (Cidade de Tomar)

6.3. Quadro Síntese da Ponderação